



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD/CGTI/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5813291/2018-SAD/CGTI/DLOG/PF

Processo nº 08206.000580/2017-97

1 FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 A contratação do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de julho de 2002 e nos decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005 – “Pregão Eletrônico” e Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e subsidiariamente nas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nas demais condições e exigências contidas neste documento.

1.2 O presente documento foi elaborado em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e com os princípios contidos nos instrumentos legais vigentes referentes a contratações no âmbito da Administração Pública Federal, notadamente, a Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em gerência de projetos na área de tecnologia da informação – na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais – de acordo com a MGP-PF (Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Polícia Federal), que se encontra no Anexo 6 e com pagamento fixo mensal por projeto.

2.2 Deste ponto em diante, o termo “Contratada” designa a empresa Contratada para execução dos serviços especificados neste Termo de Referência. O termo “Contratante” designa a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal – CGTI/DLOG/PF. O termo “Licitante” designa qualquer empresa interessada em participar do presente certame e que reúna as condições estabelecidas. Ainda, o termo PF designa a Polícia Federal.

2.3 Conforme está detalhado no item 13.1 - O PROCESSO DE TRABALHO, trata a presente licitação de apenas 1 (um) item de contratação, porque o que se contrata é um serviço de apoio cuja execução exige os mesmos conhecimentos e grau de esforço independentemente da natureza dos projetos demandados para a CONTRATADA. A variação ocorre no volume de trabalho em função da quantidade de projetos. Por essa razão a remuneração será por preço fixo por projeto.

3 OBJETIVO

3.1 O objetivo da presente contratação é prover a Contratante com serviços especializados que viabilizem suas atividades, especificamente no que tange ao gerenciamento dos projetos referentes às ações previstas no PDTIC (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação).

4 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

4.1.1 A Instrução Normativa nº 13/2005-DG/DPF, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal, atribuiu à Contratante, em seu art. 181, inciso II, a competência de dotar a PF de sistemas informatizados integrados, com atualização tecnológica contínua, capazes de proporcionar o controle gerencial das atividades das áreas policial e administrativa.

4.1.2 O Planejamento Estratégico institucional no Objetivo Estratégico 9.8 - Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação, Ação Estratégica 9.8.1 - Alinhamento da TI à Gestão Policial, impõe à CGTI:

“Planejar, aplicar e controlar os recursos de Tecnologia da Informação, gerindo com eficiência os sistemas de informação, e alinhando-se estrategicamente aos objetivos da Administração, no sentido de emprestar o apoio tecnológico necessário à consecução dos projetos e atividades da Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados” (Plano Estratégico PF 2010 / 2022).

4.1.3 Todavia, a Polícia Federal não dispõe de quadros técnicos especializados para execução da missão que lhe é atribuída, precisando recorrer à execução indireta, mediante contratos.

4.1.4 Um dos serviços especializados necessário ao cumprimento da missão da Contratante é a gerência de projetos, cujo processo é disciplinado pela MGP-PF, mencionada anteriormente. O braço operacional desse processo é executado por serviços terceirizados cujo contrato (Contrato 02/2016) alcançou seu limite legal de vigência em 23/05/2017, sem possibilidade de renovação visto que a Contratada no referido contrato manifestou-se contrária à essa renovação.

4.1.5 Demanda de serviços.

O PDTIC 2017-2018 contém 84 ações. A realização dessas ações se dá por meio do desenvolvimento de projetos cuja priorização é definida pelo CGT (Comitê Gestor de Telemática).

4.1.6 Vide item 11. ESTIMATIVA DO VOLUME DE SERVIÇOS.

4.1.7 - Vide item 13.1 - O PROCESSO DE TRABALHO.

4.1.8 Pelo exposto, constata-se que a Contratante pratica um processo de trabalho de natureza contínua plenamente estabelecido, que se viabiliza por meio de contrato de serviços especializados sem o qual o processo fica inviável e cuja demanda é determinada pela necessidade de dar cumprimento às ações previstas no PDTIC. Além disso, salienta-se que o contrato anterior foi encerrado em maio de 2017. Com isso, justifica-se nova contratação para que se mantenha o necessário acompanhamento dos projetos de TI da PF.

4.2 DOS RESULTADOS ESPERADOS COM A CONTRATAÇÃO

4.2.1 Viabilidade para o exercício do processo de gerência de projetos, possibilitando a execução do PDTIC com emprego de boas práticas de trabalho, conforme orienta os órgãos de controle da APF (Administração Pública Federal) e especifica a MGP/PF.

4.2.2 Previsibilidade e transparência do processo, facilitando o controle e contribuindo para o alto desempenho da CONTRATANTE.

5. DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

5.1. Consoante ao que dispõe a IN 04/2014 SLTI MPOG, em seu artigo 14, inciso VII, conforme pesquisa de mercado realizada, segue os valores médios encontrados para o objeto desta contratação:

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM GERÊNCIA DE PROJETOS				
Lote Único		Quantidade estimada	Média do valor unitário (R\$)	Média do valor total (R\$)
Item	Descrição			
		(A)	(B)	(C) = (AxB)
1	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em gerência de projetos na área de tecnologia da informação - na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais - de acordo com a MGP - PF, que se encontra no Anexo 6 e com pagamento (fixo) mensal por projeto .	40 projetos em execução/mês durante 12 meses	R\$ 1.764,25	R\$ 846.838,40
Valor global da proposta (R\$) por extenso: Oitocentos e quarenta e seis mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos.				

6. PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

6.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

6.2.1 proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.2.2 estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

6.2.4 que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

7. TIPO DE CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em gerência de projetos na área de tecnologia da informação é considerada fornecimento de SERVIÇO COMUM, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente neste documento, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado (§ 2º, do art. 3º do Anexo I do Dec. Nº 3.555/2000 e parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002). Além disso, trata-se de contratação que deva estender-se por mais de um exercício financeiro continuamente, razão pela qual deve ser classificada como PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO.

7.2. A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico e o critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO para o item, tratando-se, portanto, de **Pregão Eletrônico por Lote Único**.

7.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá conter o valor unitário por projeto e o valor total da proposta (valor anual), expresso em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, nos moldes do Anexo 1.

8.2. A proposta deverá indicar o nome ou a razão social e CNPJ da proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico para contato, bem como identificação e cargo do responsável.

8.3. A proposta deve conter a declaração expressa de que os preços apresentados contemplam todos os custos necessários à prestação do serviço ou fornecimento do bem, como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou quaisquer outras obrigações que possam incidir diretamente ou indiretamente no objeto. Devendo, também, constar, expressamente, que a Licitante se submete totalmente às obrigações trazidas neste Termo de Referência, conforme item 3.4.5 do Anexo I da Portaria nº 80/2016 – MJ.

8.4 Na proposta deverá constar seu prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

8.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, devendo os serviços serem prestados à PF sem ônus adicional.

8.6 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Termo de Referência e seus Anexos, do Edital, que sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

9.1. A qualificação técnica deverá ser comprovada pela LICITANTE vencedora da fase de lances com a apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem que a LICITANTE executou serviços semelhantes aos definidos neste Termo de Referência e seus Anexos, de acordo com os seguintes requisitos técnicos: no mínimo 5 (cinco) atestados comprovando experiência em gerência de projetos baseada no Guia PMBOK, publicado pelo PMI – Project Management Institute. Em cada atestado deverá constar, no mínimo, as seguintes evidências do trabalho desenvolvido: Plano de Projeto (inclui cronograma); relatório de acompanhamento (Status Report); e Termo de Encerramento, quando couber.

9.2 Essa qualificação visa garantir que a LICITANTE tenha a base de conhecimento necessária para o desempenho do processo de trabalho da CONTRATADA.

9.3 Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério da PF, para verificação da autenticidade do conteúdo e da execução satisfatória de objeto compatível com as características do objeto licitado, tanto do ponto de vista do processo de gerência de projetos e das normas técnicas que regulamentam esses serviços, quanto da quantidade e nível de satisfação das empresas emissoras.

9.4 Caso seja apurada alguma divergência entre os termos do atestado de capacidade técnica e a realidade constatada nas diligências, além da desclassificação no certame, a Licitante estará sujeita às penalidades cabíveis.

9.5 Caso os atestados sejam emitidos por pessoa de direito privado, não serão aceitos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da Licitante. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial aquelas controladas ou controladoras da Licitante, ou que tenha pelo menos uma pessoa jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a Licitante ou empresa emitente do atestado.

10. DA VISTORIA

10.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de suas propostas, as Licitantes têm a opção de proceder vistoria nas dependências da CGTI/DLOG/PF, localizada no SAIS, Quadra 7, Lote 23, Brasília/DF, CEP 70610-200, examinando as áreas e tomando ciência das características, peculiaridades e grau de dificuldade dos serviços a serem contratados. Realizada a vistoria, será firmada a DECLARAÇÃO DE VISTORIA, Anexo 2, deste documento, em conformidade com o inciso III, do art. 30, da Lei nº 8.666/1993.

10.2 Alternativamente, as Licitantes poderão emitir Declaração própria de que a empresa abdicou do direito de tomar ciência e de examinar as dependências da Contratante.

10.3 A vistoria não será obrigatória, porém será exigida para habilitação técnica da empresa vencedora, a Declaração de Vistoria - Anexo 2 - emitida pela Contratante no ato de sua realização ou a Declaração de que a empresa Licitante abdicou do direito de tomar ciência e de examinar as dependências da Contratante, bem como suas características e peculiaridades e grau de dificuldade dos serviços a serem contratados. A Declaração deverá estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa, posto que não será admitida qualquer alegação posterior para qualquer fim de desconhecimento da Licitante sobre as condições das dependências da Contratante, devendo a Licitante comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada, conforme termo constante do Anexo 2 - Declaração de Vistoria.

10.4 A vistoria deverá ser previamente agendada com a equipe técnica da CGTI/DLOG/PF, através do e-mail ou pelos telefones (61) 2024.9101 ou (61) 2024.9071, em dias úteis, no prazo iniciado no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.5 Para a vistoria, o Licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

11. ESTIMATIVA DO VOLUME DE SERVIÇOS

11.1 A presente estimativa baseia-se no histórico de trabalho do Escritório de Projetos da Contratante praticado nos últimos 6 (seis) anos, cujos dados são apresentados a seguir:

11.1.1 Projetos em andamento: 26.

11.1.2 Média histórica de projetos em execução simultânea: 30.

11.1.3 Duração média dos projetos concluídos: 790 dias corridos.

11.1.4 Quantidade de pessoas do último contrato: 1 (uma) para até 6 projetos. As melhorias ocorridas no processo de trabalho durante a vigência desse contrato permitem elevar essa correlação. Assim, para a presente licitação a quantidade passa a ser 1 (uma) pessoa para até 8 projetos.

11.1.5 Valor mensal por projeto: a) contrato anterior: R\$ 1.739,66 (mil setecentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos). Embora esse contrato fosse com preço fixo mensal, os dados históricos permitem inferir o valor médio por projeto conforme o seguinte cálculo: Valor mensal do contrato / Média dos projetos em execução, ou seja: R\$ 52.190,00 / 30; b) último contrato: R\$ 752,08 (setecentos e cinquenta e dois reais e oito centavos).

11.2 A Contratante estima manter a média de 30 (trinta) projetos em execução simultânea, por mês.

12 DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1 A Contratada garantirá a conformidade dos serviços (evidenciados por meio dos artefatos de projeto produzidos especificados na MGP-PF) prestados durante toda a vigência do Contrato. Nesse período a contratada se obriga a corrigir quaisquer não conformidades encontradas.

13 ELEMENTOS PARA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1 O PROCESSO DE TRABALHO

13.1.1 O processo de trabalho do Escritório de Projetos da Contratante baseia-se na MGP-PF e tem suas atividades controladas por meio de Ordens de Serviços (OS) eletrônicas, conforme se detalha a seguir:

13.1.2 Para cada projeto é emitida uma OS solicitando a elaboração e o controle de execução do projeto. Nesse trabalho, são produzidos e atualizados os artefatos de projeto conforme seu andamento: TAP (Termo de Abertura do Projeto); Plano de Projeto; Relatórios de Situação; Atas de Reunião; comunicados; e TEP (Termo de Encerramento do Projeto). São esses os produtos de um projeto cuja responsabilidade de execução é da CONTRATADA. A especificação desses produtos está contida na MGP-PF e, portanto, independe da natureza do projeto. A execução dos projetos se completa por meio de outros processos da CONTRATANTE que, normalmente, são objetos de contratos específicos: fábricas de softwares; suporte técnico; e atividades de apoio. É por meio desses contratos que outras entregas de um projeto são feitas. Por exemplo, em um projeto de desenvolvimento de sistemas é o contrato de fábrica de software que deve produzir as especificações e o próprio sistema. O contrato de gerência de projetos não desenvolve essas atividades, mas controla a execução delas conforme estiver definido no Plano de Projeto. Dessa forma, o pagamento mensal previsto na presente contratação refere-se ao serviço continuado de apoio à gerência de projetos da CONTRATANTE, conforme foi descrito anteriormente, cuja evidência de realização fica registrada no sistema de projetos, consolidada por meio do indicador "Emissão de Status Report" descrito no item 13.3 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO.

13.1.3 O controle de execução se dá por meio de interação com os envolvidos no projeto conforme o que expressar o Plano de Projeto.

13.1.4 Uma forma de interação são as reuniões ou outro tipo de evento programado do projeto. Esse eventos são presenciais, ocorrem na CONTRATANTE e estima-se que haja pelo menos 1 (um) por semana. Estes eventos são objetos de níveis de serviço conforme subitem 4 do item 13.3 (Pontualidade em eventos programados).

13.1.5 A prática de trabalho se materializa pelo emprego de softwares de apoio, que são:

13.1.6 Sistema de gerência de projetos - permite a criação e gestão dos artefatos de projeto (TAP, Plano de Projeto, Status Report, Atas de Reunião, Termos de Aceite e Termo de Encerramento, dentre outras);

13.1.7 Sistema de Ordem de Serviço – ferramenta pela qual são expedidas as ordens de execução das atividades definidas no cronograma do projeto;

13.1.8 Correio eletrônico – auxiliar do processo de comunicação; e

13.1.9 Ferramentas de escritório (pacote Office) – textos, planilhas e apresentações de apoio ao trabalho.

13.1.10 A supervisão desse processo de trabalho é feita por servidor da Contratante que administra o braço operacional terceirizado de suporte à gerência de projetos ora objeto desta licitação.

13.1.11 O Escritório de Projetos da Contratante, em autoanálise de maturidade realizada anualmente no site www.maturityresearch.com/novosite/pesquisa, tem mantido o nível de maturidade 4 (quatro) em escala de 1 (um) a 5 (cinco).

13.2 FISCALIZAÇÃO

13.2.1 Os serviços prestados serão acompanhados e fiscalizados por servidores designados pela Contratante, que atestarão o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais, inclusive quanto à qualidade dos produtos gerados ao longo da contratação, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, além de atestar as faturas apresentadas pela Contratada, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

13.2.2 A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto aos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2.3 Como o presente processo não trata de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, mas tão somente da contratação de serviço continuado, inclusive o pagamento é fixo mensal por projeto, a verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias da Contratada, previstas no inciso X, do art. 34, da IN 04/2014 - SLTI MPOG, será feita com a emissão e análise dos seguintes documentos:

- Certidão Negativa de Improbidade - CNJ;
- Declaração de conformidade documental - SICAF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
- Certificado de regularidade do FGTS.

13.2.4 Para efeito de atendimento do inciso XXI, do Art. 17, da IN nº 51/2011- DG/DPF, no que se refere à análise e verificação do documento fiscal, serão verificados os seguintes itens:

- Nome e CNPJ da unidade gestora Contratante e Contratada;
- Data de emissão (posterior ao final do período de prestação à que se refere);
- Adequação da descrição do material ou serviço;
- Compatibilidade dos valores contratados com o documento fiscal;
- Existência de erro ou rasura;
- Autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, quando possível.

13.2.5 Após a emissão e análise da documentação descrita acima, o fiscal emitirá um relatório informativo, que será encaminhado ao gestor do Contrato.

13.2.6 Para fins de avaliação do cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos no presente instrumento, a Contratada entregará, no final de cada mês, o Relatório Técnico de Atividades sobre os projetos em que atua.

13.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO				
ITEM	INDICADOR	AFERIÇÃO	NÍVEL MÍNIMO ACEITÁVEL	DESCONTO NA FATURA CASO O NÍVEL MÍNIMO NÃO SEJA ATINGIDO
1	Cumprimento de prazos previstos em cronograma de projeto (das atividades cuja execução seja responsabilidade da Contratada)	Diferença entre a data prevista e a realizada	75% (setenta e cinco por cento) de cumprimento dos prazos	5% (cinco por cento)
2	Conformidade dos artefatos de projetos com a MGP-PF, entregues no mês	Os artefatos devem seguir os ditames da MGP-PF	90% (noventa por cento) de conformidade	5% (cinco por cento)
3	Quantidade de projetos em execução, simultaneamente, para cada colaborador da Contratada	Conferência da distribuição de projetos por meio do sistema de gerência de projetos (GEPNet)	Até 8 (oito) projetos, por colaborador	5% (cinco por cento)
4	Pontualidade em eventos programados	Registros de presença e sistema de agendamento	Presença da Contratada no local do evento 30 minutos antes do início previsto, em 90% dos agendamentos do mês	5% (cinco por cento)

5	Emissão de Status Report	Registro no GPENet	1 por mês, por projeto	100% (cem por cento) por projeto
---	--------------------------	--------------------	------------------------	----------------------------------

13.3.1 Os primeiros 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do Contrato serão considerados como período de adaptação e ajustes, durante o qual a Contratada deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários no dimensionamento e qualificação das equipes, adequação de processos internos, implantação de ferramentas e outras transições necessárias, de modo a assegurar a execução satisfatória dos serviços.

14 VIGÊNCIA CONTRATUAL

14.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, considerando a natureza continuada dos serviços.

15 DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL

15.1 A Contratada se compromete individualmente – em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei Federal nº 8.666/93 – a participar de atividades de transição contratual e a transferir para a Contratante e/ou para outra empresa por esta indicada, todo o conhecimento gerado na execução do (s) serviço (s), incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados.

15.2 Na transição contratual final, todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução do projeto ou serviços contratados deverão ser disponibilizados à Contratante ou empresa por ela designada em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a finalização do contrato.

15.3 O fato de a Contratada ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela Contratante, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de Contrato, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados à Contratante por esta falha.

15.4 A transferência de conhecimento das soluções desenvolvidas pela Contratada deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a Contratante, por meio de eventos específicos, preferencialmente em ambiente disponibilizado pela Contratante, e baseados em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida. O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pela Contratante.

16 REAJUSTE.

16.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, caso não haja outro específico.

16.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

17.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

17.2 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, o qual deverá responder pela fiel execução do contrato.

17.3 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

17.4 Cumprir a MGP-PF, respeitando os processos, modelos de artefatos, ferramentas de software, tecnologias e critérios de aceitabilidade prescritos.

17.5 Garantir que todas as entregas efetuadas estejam compatíveis e totalmente aderentes à MGP-PF e aos padrões adotados pela Contratante, devendo as exceções ser expressamente autorizadas por esta.

17.6 Garantir que seus empregados participantes do contrato tenham sólidos conhecimentos em gerência de projetos baseada em PMBOK, com um mínimo de 1 (um) ano de experiência nessa área, e com formação superior em TI ou formação superior em qualquer área com pós-graduação em TI.

17.7 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

17.8 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

17.9 Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião com uma equipe de técnicos da Contratante para alinhamento de expectativas contratuais. A Contratante fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta de reunião.

17.10 Prover, às suas expensas, enlace de comunicação de dados para conexão de suas instalações às da Contratante, de forma a permitir o acesso dos profissionais alocados na execução dos serviços do contrato aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos providos pela Contratante.

17.11 Reportar imediatamente aos fiscais designados pela Contratante qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades do Contrato.

17.12 Submeter, tempestivamente, à Contratante os motivos de eventuais atrasos nas atividades que lhes forem atribuídas, ajustando novos prazos, se for o caso.

17.13 Quando solicitados pela Contratante, prestar os esclarecimentos pertinentes ao objeto do Contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da solicitação.

17.14 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sob pena de sofrer penalidades.

17.15 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

17.16 Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes.

17.17 No caso de haver a prestação de serviços por profissionais da Contratada nas dependências da Contratante, encaminhar, no início da execução do Contrato e quando houver qualquer alteração no quadro alocado, carta de apresentação dos profissionais que poderão atuar nas instalações da Contratante, contendo os dados pessoais e, quando aplicável, informações relativas à habilitação e qualificação profissional, para que sejam tomadas as ações previstas nas políticas de gestão de identidades e de segurança orgânica da Contratante.

17.18 Selecionar, administrar e capacitar, por seus meios e com exclusiva responsabilidade, o quadro de profissionais que atuarão no Contrato.

17.19 Fornecer crachá de identificação da Contratada a todos os seus funcionários que executarem os serviços nas dependências da Contratante, de uso obrigatório enquanto em atuação.

17.20 Restituir todos os recursos e equipamentos disponibilizados pela Contratante em função da execução do contrato, inclusive crachás, cartões de acesso e outros de propriedade da Contratante, em perfeito estado de uso, em até 5 (cinco) dias úteis do afastamento do colaborador que os detinha ou, para todos os colaboradores, em até 30 (trinta) dias do encerramento do contrato.

17.21 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

17.22 Pagar todos os impostos e taxas devidas sobre as atividades prestadas à Contratante, bem como quaisquer despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

17.23 Responder por perdas ou danos que vier sofrer a Contratante ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da Contratada ou de seus prepostos, quando tais atos forem praticados na execução do objeto do Contrato ou com acesso, informação ou meios obtidos em decorrência deste, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, podendo, inclusive, a Contratante descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos.

17.24 Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos próprios utilizados para a execução dos serviços, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou dano ocorridos em suas instalações.

17.25 Cumprir as normas de segurança orgânica e demais regulamentos da Contratante, enquanto atuando em suas instalações, exigindo de seus funcionários a fiel observância dos preceitos ali estabelecidos, especialmente quanto à utilização, manutenção e a segurança das instalações.

17.26 Disponibilizar ao Fiscal de Contrato, quando do início da execução dos serviços, Termo de sigilo – Anexo 3, contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigentes na Contratante, assinado pelo representante legal da Contratada e Termo de ciência – Anexo 4, que deverá ser assinado pelo preposto e todos os demais funcionários da Contratada que prestarem serviço nas dependências da Contratante.

17.27 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da Contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, em particular quanto à salvaguarda de informações sigilosas, respondendo igualmente pelos atos e omissões de seus prepostos e funcionários.

17.28 A Contratante, para todos os efeitos de aplicação das Leis nos 9.609/98 e 9.610/98 e regulamentos correlatos, será a única proprietária dos programas de computador e artefatos documentais relacionados ao seu projeto, implantação e utilização, produzidos pela Contratada na execução do objeto contratual. Portanto, os produtos originados do contrato não poderão, em hipótese alguma, ser cedidos, copiados e utilizados sem autorização prévia da Contratante.

17.29 É vedada a comercialização ou veiculação de publicidade direta ou indireta relacionada aos serviços prestados, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

17.30 A não observância dos itens 17.27 a 17.29 deste Termo de Referência poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato por parte da Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.31 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.32 Apresentar, quando for o caso, comprovação de que a empresa é legalmente identificada como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei complementar 123/2006.

17.33 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da PF, não eximirá a Contratada da total responsabilidade quanto à execução dos serviços.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

18.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

18.2 Permitir o acesso de funcionários da Contratada às suas instalações, para fins de execução do objeto contratual, nos momentos previstos em contrato ou no cronograma dos projetos, desde que previamente identificados e autorizados.

18.3 Disponibilizar local adequado e os meios materiais necessários para a execução dos serviços nas dependências da Contratante, quando for o caso.

18.4 Tornar disponíveis à Contratada as normas pertinentes à sua atuação na execução do contrato, bem como o acesso aos ambientes tecnológicos requeridos para entrega do objeto do Contrato.

18.5 Demandar os serviços objeto do contrato por meio de Ordens de Serviço endereçadas ao preposto da Contratada e em acordo com o estabelecido na MGP-PF da Contratante.

18.6 Decidir sobre aceitação dos motivos de atrasos nas Ordens de Serviços destinadas à Contratada.

18.7 Homologar os artefatos entregues pela Contratada.

18.8 Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, em conformidade com os critérios de fiscalização do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências das condições e preços pactuados do contrato.

18.9 Comunicar à Contratada, por meio de seu Gerente Técnico (preposto), qualquer anormalidade, erro ou irregularidade constatada na execução dos serviços e que possa comprometer o bom andamento das atividades do Contrato.

18.10 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pela Contratada.

18.11 Designar fiscais que atuarão para acompanhar, fiscalizar e atestar as faturas decorrentes da execução do contrato, conforme previsto no Art. 67 da Lei 8.666/93.

18.12 Instaurar processo administrativo para apuração dos descumprimentos contratuais pela Contratada e determinação de sanções cabíveis.

18.13 Analisar e manifestar-se quanto à proposição, pela Contratada, do uso de ferramentas diferentes das padronizadas, destinadas a garantir melhor desempenho na prestação dos serviços contratados, desde que seja possível compatibilizá-las às ferramentas padronizadas sem perda de informações necessárias à gestão do contrato.

18.14 Notificar a Contratada, com antecedência de 30 (trinta) dias, para que a mesma possa se adequar e manter os níveis de serviços, nos casos em que houver a alteração das tecnologias ou metodologias utilizadas pela Contratante, ficando a critério da Contratante a decisão sobre as tecnologias e metodologias mais adequadas à prestação dos serviços.

18.15 Viabilizar a instalação de enlace de comunicação de dados provido pela Contratada, sem ônus para a Contratante, destinado a permitir o acesso dos funcionários da primeira aos ambientes tecnológicos e repositórios eletrônicos de artefatos providos pela última e necessários à execução do objeto contratual.

19 CONTRATO

19.1 A Contratante convocará a adjudicatária, para assinar o contrato, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Edital.

19.2 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato.

19.3 Se adjudicatária não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra Licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais aplicáveis à adjudicatária que deixou de assinar o instrumento.

19.4 O prazo estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Contratante.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

21 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

22 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para a Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

23 DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1 Para a execução das obrigações assumidas, a Contratante exigirá da empresa vencedora em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prestação de garantia correspondente a 3% (três por cento) do seu valor total, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que será liberada ou restituída somente após o término da vigência contratual e desde que não haja pendências.

23.2 O valor da garantia poderá ser utilizado para corrigir as imperfeições verificadas na execução dos serviços, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da União, ou de terceiros.

23.3 O valor da garantia se reverterá em favor da Contratante, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

24 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

24.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.3 fraudar na execução do contrato;

24.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

24.1.5 cometer fraude fiscal;

24.1.6 não manter a proposta.

24.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

24.2.2 multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal total da fatura, quando da ocorrência de inexecução parcial das obrigações estabelecidas neste Termo. Considera-se inexecução parcial a reincidência, por 3 (três) meses consecutivos, da prestação de serviço com Níveis de Serviço inferiores aos indicadores da Tabela 3, para cada indicador;

24.2.3 multa de 10% (dez por cento) do valor anual total da contratação, na hipótese de inexecução total das obrigações estabelecidas neste Termo;

24.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

24.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

24.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

24.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

24.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

24.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

24.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

25 ALTERAÇÃO CONTRATUAL

25.1 O Contrato decorrente da contratação poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

25.2 A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

26 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – IN nº. 01/2010-SLTI/MPOG

26.1 Conforme disposto na IN nº 01/2010 do SLTI/MPOG, a empresa Contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

26.1.1 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

26.1.2 Fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

26.2 A comprovação do disposto neste subitem 26.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que a empresa cumpre com as exigências aqui estabelecidas.

27 DOS CASOS OMISSOS

27.1 A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

28 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 A participação no certame importa em total, irrestrita e irrevogável aceitação, pelos proponentes, das condições deste Termo de Referência, impedindo-os de alegar desconhecimento, não entendimento ou interpretação errônea das condições do certame fixadas neste documento.

28.2 Este certame poderá ser revogado por interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulado por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que as partes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Art. 18 do Decreto nº 3.555/2000, ressalvado o disposto no § 2º do mesmo artigo.

28.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

28.4 Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o presente processo de licitação poderão ser obtidos no Setor de Licitação da CGTI pelo seguinte endereço eletrônico: , desde que, em tempo hábil e até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

28.5 Integram esse Termo de Referência em anexo:

28.5.1 Modelo para apresentação de proposta;

28.5.2 Declaração de vistoria;

28.5.3 Modelo do termo de sigilo;

28.5.4 Modelo de termo de ciência;

28.5.5 Exemplo de Ordem de Serviço;

28.5.6 Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Polícia Federal.

Domingo Soares dos Santos
Agente de Polícia Federal
Integrante requisitante e técnico
Matrícula PF 10.732

Mariane Aparecida Ramos Sampaio
Agente Administrativo
Integrante administrativo
Matrícula PF 20.764

APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA

Reconheço a necessidade dos serviços que se ora se propõe a contratar como essencial para o bom desempenho das atividades meio da Polícia Federal.

O presente procedimento vem ao encontro do atendimento das recomendações do TCU de adequação dos processos de contratação desta Coordenação Geral de Tecnologia da Informação relativamente aos serviços de Tecnologia da Informação, conforme dispõe a Instrução Normativa nº. 4, de 2014, da SLTI.

Nos termos do artigo 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, aprovo o presente Termo de Referência.

WILLIAM MARCEL MURAD

Delegado de Polícia Federal
Matrícula 9.293 – Classe Especial
Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX/E-MAIL:

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM GERÊNCIA DE PROJETOS				
Lote Único		Quantidade estimada	Valor unitário do projeto (R\$)	Valor total (R\$)
Item	Descrição			
		(A)	(B)	(C) = (AxB)
1	Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em gerência de projetos na área de tecnologia da informação - na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais - de acordo com a MGP - PF, que se encontra no Anexo xx e com pagamento fixo mensal por projeto .	40 projetos em execução/mês durante 12 meses		
Valor global da proposta (R\$) por extenso:				

VALIDADE DA PROPOSTA:(prazo por extenso) dias (não inferior a 60 dias).

Loca e data

(Assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, para fins de Pregão Eletrônico nº/2017 – CGTI/DLOG/PF, que a empresa(nome ou razão social da empresa)....., CNPJ/MF nº, representada por seu Responsável Técnico(nome do responsável)....., CPF nº, em visita realizada às instalações da Coordenação – Geral de Tecnologia da Informação da Polícia Federal (CGTI/DLOG/PF), está ciente das condições atuais de infraestrutura, bem como das quantidades, marcas e configurações dos equipamentos de informática e ainda dos *softwares* utilizados pelo órgão, e que recebeu instruções e informações necessárias ao atendimento do objeto e demais condições do Edital. Não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Declaramos, ainda, que a supramencionada empresa está ciente do compromisso assumido de manter sigilo sobre todas as informações às quais teve acesso em decorrência da vistoria realizada nesta data.

Brasília, de de 2018.

(Assinatura e carimbo)

NOME COMPLETO

Cargo

Matrícula PF

(Responsável técnico da empresa)

ANEXO III - MODELO DO TERMO DE SIGILO

O(a) Sr.(a) CPF
nº..... endereço....., profissional
responsável pela execução do contrato nº/....., **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que está ciente das normas de segurança vigentes na
CGTI/DLOG/PF e que se compromete:

- 1. a não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto;
- 2. a não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, para si ou para terceiros;
- 3. a não efetuar nenhuma gravação ou cópia do código fonte ou das informações confidenciais a que tiver acesso;
- 4. a não apropriar-se para si ou para outrem do material confidencial e/ou sigiloso oriundo das informações confidenciais às quais tiver acesso;
- 5. a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso a tais informações por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda e qualquer informação pertencente exclusivamente à Polícia Federal e seus afiliados, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, processos, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, sistemas de logística e layouts, planos de negócios (business plans), documentos, contratos, papéis, pareceres, dados e código fonte, que forem disponibilizados a mim sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Não se configuram informações confidenciais:

- a. aquelas já disponíveis ao público em geral sem minha culpa;
- b. aquelas que não são mais consideradas confidenciais pela coordenação do projeto e pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Polícia Federal;
- c. os conhecimentos de ferramentas e tecnologias de terceiros, não vinculados à Polícia Federal, adquiridos por mim durante o projeto.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pela coordenação do projeto.

A multa aplicável em caso de quebra deste termo de sigilo, será aquela prevista para o caso de inexecução total do contrato enunciada no subitem 24.2.3 do Termo de Referência.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

E, por ser verdade, firmamos o presente.

Local e Data

Nome:
CPF:
Endereço – telefone – fax:
E-mail:

ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA

Contrato nº			
Objeto:			
Gestor do Contrato:		Mat.:	
Contratante:			
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o Termo de Responsabilidade e Sigilo e das normas de segurança vigentes na Polícia Federal.

Também declaram que estão cientes de que a estrutura computacional disponibilizada pela Contratante não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço eletrônico da Contratante, ou acessados a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas. Declaram, ainda, que não farão uso em benefício próprio de nenhum dos recursos disponíveis na Polícia Federal, tais como: telefones, impressoras, e-mail, acesso à internet, entre outros.

_____, _____ de _____ de 20____

CIÊNCIA	
Funcionários da Contratada	
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:

ANEXO V - EXEMPLO DE ORDEM DE SERVIÇO - OS

Data do Envio:

dd/mm/aaaa hh:mm:ss

De:

PF/cgti@dpf.gov.br

Para:

Preposto da CONTRATADA

Assunto:

Projeto x - Ordem de Serviço para apoio gerencial a projeto.

Mensagem:

Apoiar a elaboração e a execução do projeto referido neste protocolo.



Documento assinado eletronicamente por **DOMINGOS SOARES DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 06/03/2018, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIANE APARECIDA RAMOS SAMPAIO, Agente Administrativo**, em 06/03/2018, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5813291** e o código CRC **BECC965D**.